

A miséria humana na administração: a instrumentalização do ser nas teorias organizacionais

LUCAS CASAGRANDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

BÁRBARA EDUARDA NÓBREGA BASTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

TIAGO FRANCA BARRETO

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)

A miséria humana na administração: a instrumentalização do ser nas teorias organizacionais

Introdução

Autores de primeira ordem dos Estudos Organizacionais, como Prestes Motta, argumentaram que distintas teorias administrativas produzem distintas ontologias – ou, ao menos, pressupõem distintas ontologias. O que o autor, em especial, chama de ‘visões de homem’, tipificadas como *homo economicus*, *homo socialis*, *homo complexus*, homem que decide e homem funcional, são frutos e pressupostos de teorias delineadas no decorrer das teorias administrativas modernas.

No entanto, tais visões de homem, quando postas dessa forma, diminuem o escopo da nossa capacidade analítica e crítica. Todas essas pressupõem uma ferramentalização do homem, aquilo que Ivan Illich chamava de *homo miserabilis*⁴. Neste ensaio argumentamos que as ontologias apresentadas pela administração não são variações substanciais, mas sim pequenas mudanças de visões do ser que podem todas serem compreendidas como *homo miserabilis*. Conforme Guerreiro Ramos (1984, p.4), "Em toda a história do estudo da administração, teóricos e profissionais, em suas obras escritas e em seus atos, fizeram suposições acríticas a respeito da natureza do homem". Aqui, nos cabe rever essas suposições.

O *homo miserabilis*, na obra de Ivan Illich, aparece como a visão moderna de que os seres humanos podem ser reduzidos a suas necessidades, deixando de lado suas vontades e capacidades hábeis. Ela é fruto da ferramentalização do ser humano em trabalhos especializados e alienados, fazendo-o abandonar, a partir de um processo material histórico, capacidades subsistentes e tendo de recorrer ao mercado para satisfazer quaisquer condições necessárias a si.

Nosso argumento não é fruto de um diletantismo acadêmico. As visões de homem influenciam políticas públicas, privadas e todo tipo de discussão sobre como viver. A partir do momento que assumimos somente o *homo miserabilis* (em suas diversas variações) como possibilidades ontológicas, descartamos inadvertidamente formas de vida alheias à redução das dimensões do ser a uma visão de necessidade. Ou seja, assumir as visões de homem reduzidas a necessidades empobrece nossa realidade e impossibilita (ou, pelo menos, dificulta) a busca de alternativas frente à profunda colonização do imaginário, conforme Latouche (2016) que vivemos.

Dessa forma, subsequente ao nosso argumento, apresentamos a ideia de que o *homo miserabilis* deveria ser apresentado como categoria primordial das formas modernas de visão de homem (*homo economicus*, *socialis*, *complexus*, organizacional e funcional), contrapondo a ele uma visão de homem subsistente e hábil (que Illich se refere como *homo habilis*) que pode ser retomada como contraponto nas discussões ontológicas da administração.

A construção do *homo economicus* ao homem funcional

É curioso notar que a etimologia da palavra economia (*oikonomia*, em grego), advém da ideia assinalada por Aristóteles de provisão de materiais e bens para a casa. Como foi que o provisão da casa, do lar, se tornou do mercado com o passar dos séculos? Para entender isso, é necessário que se compreenda que a casa antiga não era um depósito de seres

humanos no ínterim de seus afazeres. A casa era o local de subsistência, com suas hortas, suas criações de animais, suas produções de pequenos móveis, artesanatos etc. A casa era **subsistente**.

Assim, a casa antiga é transmutada com o passar do tempo em um depósito de pessoas, de corpos alojáveis. O lar dá espaço à mera casa. De fato, como aponta Illich (1998), a casa em si era um espaço em constante mutação e criação. Ao contrário da casa moderna, não havia um bloco de pisos para o qual se entrega a chave a um novo morador. De fato, duas casas jamais poderiam ser iguais, pois elas eram parte da criação da vida de uma pessoa ou um grupo de pessoas. E, como lembra o autor, não é à toa que ‘habitar’ e ‘hábito’ sejam palavras tão parecidas. Afinal, a arquitetura vernacular², a arquitetura típica de um povo, é peculiar à sua cultura e seus modos de vida - aos seus hábitos, poderia se dizer.

Habitar, assim, não é mais uma consequência cultural de um povo ou uma criação de um artista construtor. Ao invés de habitar, somos alojados - tal como um cavalo em um estábulo ou um automóvel em uma garagem. O lar se torna alojamento com o advento da modernidade. E, no lugar do espaço subsistente, cria-se uma economia na qual os indivíduos são mediados constantemente por instituições - dentre elas, em especial, o mercado.

Após a revolução industrial, a economia europeia paulatinamente se separa institucionalmente da sociedade como um todo (Lisboa, 2000). De fato, o que se entende hoje por sociedade moderna ou ocidental é justamente a sociedade que se baseia numa economia de mercado. Aponta Polanyi que, de fato, qualquer sociedade na história dependia de condições materiais para viver e se reproduzir, mas há algo de novo que surge principalmente a partir do século XIX na Europa: a economia não está mais embutida nas relações sociais, mas sim o contrário (Polanyi, 2013).

Neste contexto, as ciências sociais aplicadas e, em especial, a economia, passam a analisar o comportamento humano a partir do pressuposto de decisões economicamente racionais (daquilo que Ramos (1989) chamaria de racionalidade funcional, em especial). O pressuposto do *homo economicus*, ao contrário do que muitos economistas denotam, não é um pressuposto que diz respeito ao agente, a seres individuais (BRAUN, 2021). Ademais, ao contrário do senso comum economicista, o *homo economicus* não é um ser ahistórico. Ao invés disso, trata-se de uma criação institucional histórica. As instituições necessárias para formar o *homo economicus*, aponta Hodgson (2015), são aquelas que, normalmente, consideramos as instituições da sociedade capitalista, ou seja, propriedade privada, dinheiro/moeda, economia de mercado, Capital e empresas que trabalham dentro das regras do mercado (Braun, 2021).

A razão pela qual economistas assumem um comportamento perfeitamente racional dos agentes não é baseada nas questões individuais humanas nem na sua natureza. Na verdade, o que ocorre é que economistas focam sua análise na relação entre indivíduos mediados por instituições muito específicas, em especial o mercado, a moeda e contratos que visam lucro para, pelo menos, uma das partes (BRAUN, 2021).

Mas, por claro, isso não é só uma limitação de análise do ser humano. O problema mais profundo é que ao interpretarmos a realidade de uma determinada forma acabamos por possibilitar que tal forma se generalize. Nesse sentido, é impossível falar da constituição do *homo economicus* sem mencionar a constituição da propriedade privada tal como conhecemos, o fim dos *commons*³, os cercamentos (ou grilagens) e a constituição de um permanente estado de escassez⁴.

Uma economia baseada em subsistência e *commons* se sustenta, ao invés de processos de troca, comércio e dívida, em processos de dádiva (como em Mauss, 1974). Entendemos a dívida aqui nos termos de Graeber (2012), ou seja, como toda forma de lidar coletivamente com a produção excedente de forma a criar uma contrapartida contabilizada, que inclui o escambo, a troca, o comércio enquanto compra e venda e, claro, a própria dívida. Mas a dívida só pode ocorrer em uma sociedade em que se produza artificialmente a escassez.

Para que isso ocorra, é necessário que não exista uma produção comum e que toda produção seja concentrada nas mãos de donos da propriedade produtiva. O fim dos *commons*, por meio dos *enclosures*, produz uma escassez que impossibilita a subsistência, empurrando a maioria da população para a mediação por mercado (Polanyi, 1944).

Subsequente a isso, produz-se uma racionalização econômica do trabalho que aumenta, por um lado, a produtividade, mas altera substancialmente as formas de vida, os valores e as relações sociais e com a natureza. Gorz (2003) sublinha que isso mudou a vida subsistente para uma vida reduzida ao eterno objetivo de ganhar um salário que seja suficiente. Neste processo, o tempo de trabalho se dissocia do tempo de viver e a própria ideia de trabalho adquire uma conotação única, já que passa a ser alienado. A satisfação de fazer algo por si dá espaço a um salário.

A racionalização do trabalho se tornou um objetivo indiscutível ao vencer a resistência que primava pela autonomia. Ao ser alienado em seu trabalho, em sua casa, o indivíduo passa a ser alienado em seu consumo também, na medida em que tudo que quer necessita comprar. Ao fim, o ser humano deixa de ser um criador para ser um produtor-consumidor de necessidades (Gorz, 2003).

O *homo economicus* taylorista

É comum que o marco fundador da administração tal como se conhece nos dias de hoje seja remetido a Taylor. E, por certo, tal marco é um tanto arbitrário, mas apesar disso, é inegável a relevância de Taylor para a administração como conhecemos hoje. O método de tempos e movimentos, a ideia de tarefa recortada a no máximo um minuto, a proposição de remuneração proporcional à produção, etc, são ideias normalmente remetidas ao pai da administração científica.

Mas é ali também que nasce a guerra contra a vadiagem sistêmica. Taylor (1995), ao demonstrar concordância com seus então leitores, industriários americanos da época, declara que a vadiagem é o grande problema da produção. Discorda, no entanto - e daí vem o espaço para seu argumento propositivo - de que a vadiagem seja um traço inato do ser humano, do trabalhador. Para ele, a vadiagem era uma representação de um sistema de administração mal conduzido. Percebera ele que a vadiagem era, por um lado, fruto do espaço que o trabalhador possuía a partir de sua barganha, seu conhecimento empírico do trabalho. Por outro, era fruto de uma administração alheia à técnica do trabalho, que deixava ao trabalhador espaço discricionário.

Há inúmeras críticas ao taylorismo e tais críticas não surgiram após seu sucesso. De fato, Cadbury publica um artigo em 1914 apontando inúmeros problemas da administração científica. Escreveu ele:

A questão, no entanto, que mais apela para mim é o que o expoente desse sistema chama de 'ideia de tarefa'. É aqui que alcançamos o ponto mais

importante, já que estamos lidando não com coisas inanimadas, mas com homens e mulheres, com toda suas necessidades e possibilidades psicológicas e fisiológicas, bem como seus preconceitos e simpatias sociais. Mesmo que do lado produtivo os resultados sejam tudo aquilo que os promotores da administração científica alegam, há ainda a questão do custo humano da economia produzida”. (Cadbury, 1914, p.101)

Perceba-se que Cadbury não era um sindicalista, mas sim um teórico da administração tal como Taylor. Sua crítica, expressa no artigo citado, se centra no que chamava de construção de uma nova “personalidade e o caráter do trabalhador”. De um lado, criticava se realmente o método taylorista produziria tudo que se apregoava mas, acima de tudo, criticava uma redução das dimensões humanas. Cadbury (1914) conclui sua crítica: “Enquanto que o artesão tem progredido, o trabalhador não-qualificado tem se deteriorado cada vez mais — e acredito que a grande monotonia de seu trabalho é parcialmente responsável por isso. E não seria essa tendência acentuada pelo sistema de Taylor?” (p. 104-105).

O cerne da crítica de Cadbury se refere à produção de um novo ser humano que produz algo de forma tão especializada em um ritmo de trabalho tão dividido, que passa a não ter mais ideia do que está fazendo. A imagem de Charles Chaplin indo pra casa reproduzindo o mesmo movimento, de forma involuntária, que fazia na linha de montagem, é a imagem do *homo economicus* de Taylor: a de um ser que nada mais sabe nem consegue fazer senão aquilo que lhe é ordenado e instruído.

Taylor (1914), frente às críticas, responde em artigo endereçado a Cadbury que 1) Cadbury não visitou as fábricas sob o jugo da administração científica e 2) nelas os funcionários demonstram um ‘espírito amigável’ com os chefes e que há iniciativa por parte de todos. Nenhuma palavra sobre a personalidade, questões psicológicas ou que tipo de ser humano estava sendo formado.

Não nos cabe aqui repousar toda responsabilidade sobre a construção do *homo economicus* em Taylor. Ao invés, cabe notar que sua boa aceitação demonstra um espírito do tempo. Seu método de tempos e movimentos, por mais que desfigurasse um ser humano habilidoso, foi tratado como salvação ou revolução econômica. De fato, sua proposição prática só leva às últimas consequências o caminho percorrido pela produção artificial de escassez com o advento do fim dos *commons*.

Em seu diálogo com um funcionário chamado de Schmidt (um pseudônimo), Taylor (1995) demonstra claramente isso: O funcionário estava construindo sua casa e precisava de cada centavo de proventos a mais que pudesse para finalizá-la e manter sua família alimentada e abrigada. Como poderia Schmidt, sem propriedades produtivas, sem *commons*, sem processos de dádiva, negar um aumento de salário mesmo que isso significasse o aprofundamento de sua condição de ferramenta para a empresa? Sua alienação aprofundada era um preço aceitável a pagar frente a sua extrema dependência do salário.

Ao fim, em uma sociedade em que qualquer bem ou serviço é mediado pelo mercado, como seria possível que Schmidt não fosse muquirana tal qual descrito por Taylor? Em uma sociedade em que a sobrevivência e as possibilidades - mesmo sociais - se dão pelo intermédio da moeda, é mais que natural esperar que o valor esperado de cada ato seja transmutado em dinheiro. O *homo economicus*, ilustrado em Schmidt por Taylor, não é uma natureza transhistórica do ser humano, mas sim uma consequência ontológica das condições institucionais que o capitalismo produz. E Taylor, por certo, não inventou o capitalismo.

Seria o *homo economicus*, na verdade, um *homo socialis*?

Argumenta Prestes Motta (1989) que, com o advento da Escola de Relações Humanas (ERH), a visão de ser humano se alterou para dar espaço a uma visão de *homo socialis*. De fato, os experimentos de Hawthorne, conduzidos entre 1924 e 1932, produziram corolários que diferiram dos tayloristas. Mayo (1941) aponta que uma fala recorrente entre os entrevistados era quanto à necessidade de uma ‘liberação emocional’, processo o qual necessitava de uma participação social para ocorrer. Os participantes demonstravam, apontam o autor, uma grande necessidade de falar sobre suas questões familiares, pessoais, religiosas, etc, com seus colegas e até supervisores.

De fato, os problemas sociais e psicológicos produzidos pelo advento da administração científica de Taylor produziram uma demanda por soluções que não vissem o funcionário meramente como uma máquina capaz de operar instruções específicas. Para piorar, a crise de 1929 criou uma demanda maior de produtividade para o empresariado norte-americano, que passou a pressionar ainda mais por soluções para a crise (Vieira et al, 2016).

Elton Mayo era certamente um autor complexo, que não se restringia a meros apegos produtivistas. Na sua obra, como um todo, havia uma percepção de um perigo imediato rondando a sociedade, sem para isso argumentar que não haveria escapatória. Percebera que a cooperação, em declínio em uma sociedade cada vez mais dividida entre capital e trabalho, produziria uma sociedade que, em frangalhos, pretendia se bastar sob contratualismos frágeis. Tanto o capital quanto o estado, percebera, eram pouco hábeis para reconstruir laços sociais que produzissem cooperações espontâneas (Bendix & Fisher, 1967).

De fato, os apontamentos gerais de Mayo são facilmente verificáveis na sociedade mesmo nos dias atuais. É certo que, na medida em que se constitui uma sociedade de escassez, um êxodo rural tremendo e um processo de trabalho fabril repetitivo e recompensador tão somente em seu sentido econômico, qualquer pretensão de cooperação voluntária seria uma ilusão. Afinal, se as pessoas deixam de trabalhar em suas terras, em produzir sua subsistência, e passam a vivenciar um mundo trancafiado - seja nas suas casas delimitadas, seja no seu trabalho repetitivo -, é pouco plausível imaginar que haveria um senso de prazer que produziria uma cooperação por própria vontade.

Tal percepção de perigo não é nova, no entanto. Inúmeros autores críticos apontam isso de diversas maneiras. Seja Marx, durante toda sua obra, seja Durkheim (um autor totalmente distinto em seus pressupostos teóricos) na sua ideia de solidariedade orgânica sendo combatida frente a uma solidariedade mecânica. Mayo, por sua vez, parece ir por um caminho mais durkheimiano, aspirando a uma cooperação espontânea frente à impossibilidade de uma cooperação voluntária.

Aqui, reside uma distinção necessária: já que a sociedade subsistente baseada em *commons* foi destruída por uma sociedade industrial baseada na escassez, o voluntarismo humano se torna uma aspiração ingênua, no mínimo, percebera Mayo. Mas isso não significia a impossibilidade de uma cooperação espontânea. A espontaneidade, em Mayo, significa a possibilidade de uma cooperação não baseada na vontade humana, mas sim em um conjunto de crenças e moral. A tradição passa a ocupar o espaço da vontade. A espontaneidade, aqui, significa não que alguém **queira** fazer algo, mas que faz sem que para isso seja ordenado fazer (Bendix & Fisher, 1967).

Assim, Mayo aspirava a resolver o conflito industrial. Percebera ele que a sociedade moderna caminhava para uma ruptura plena entre capital e trabalho e que tal ruptura criaria um impasse que eclodiria em grandes conflitos. No entanto, é questionável se suas aspirações a soluções são desejáveis socialmente, já que a ideia passa pela implantação de uma moral que torna o trabalho um fim em si, em uma espécie de ética protestante renovada. Em última análise, pode-se dizer que a proposição ontológica de Mayo era de renovar uma cooperação por meio de uma barganha entre necessidades sociais do ser humano e necessidades produtivas das organizações, reduzindo o primeiro às suas necessidades por meio de uma ferramentalização organizacional.

Enquanto a Escola Clássica de Administração reduzia o ser humano aos fatores econômicos do qual era dependente, a Escola de Relações Humanas focou-se nos fatores afetivos e sociais, mas continuou considerando o humano um ser passivo, que reage de forma padronizada aos estímulos aos quais é submetido na organização (Motta & Vasconcelos, 2006). O *homo socialis*, assim, era reconhecido como mais complexo que o *homo economicus*, mas também era visto como um detentor de necessidades, que administradas adequadamente, promoveriam a produtividade almejada pelos seus patrões. E para atender a essas demandas, os autores dessa escola propunham um estilo de gerência mais participativo e a melhoria dos ambientes de trabalho.

Dessa forma, a visão de ser humano deixou de ser a de um detentor de necessidades fiduciárias e passou a ser de um detentor de necessidades sociais e afetivas, tornando a questão econômica um meio para o verdadeiro fim: a aceitação social.

As necessidades se tornam múltiplas: O *Homo Complexus*

A Escola Comportamental, que sucedeu a de Relações Humanas, se desenvolveu a partir de estudos da Psicologia Social e abordou temas como motivação, liderança e as necessidades psicológicas dos empregados. Segundo essa perspectiva, as necessidades sociais e afetivas tinham a mesma importância dos fatores técnicos e econômicos e um estilo mais participativo de administração seria o mais adequado para atendê-las (Motta & Vasconcelos, 2006). O *homo complexus*, diferentemente do *homo socialis*, era considerado capaz de buscar ativamente a realização e o autodesenvolvimento no ambiente de trabalho, logo se prescreviam medidas como a criação de estruturas sociais mais flexíveis, enriquecimento e ampliação de tarefas e grupos de produção semi-autônomos (Motta & Vasconcelos, 2006). O conceito de *homo complexus* foi sendo aperfeiçoado à medida que avançava o entendimento sobre motivação, sobre a relação entre estrutura formal e informal e com as contribuições de autores que baseavam seus estudos na psicanálise.

“Costuma-se reconhecer que Vroom, Schein e Bennis possuem o mérito de terem sido os primeiros a introduzir a noção de *homo complexus*, ser que não é passivo em suas reações” (Motta & Vasconcelos, 2006 p. 272). Esse conceito de ser humano embasou o movimento da humanização do trabalho, recebeu críticas por ter como pressuposto que as relações de trabalho seriam o local da busca da construção de identidade e realização do indivíduo. Além disso, mesmo não sendo considerado um ser passivo, os estudos comportamentais foram criticados pela instrumentalização humana nas organizações e ter uma função ideológica de ocultar relações de dominação, já que o ser humano continua sendo explorado como um recurso produtivo (Motta & Vasconcelos, 2006).

Tais autores importaram para a administração noções do psicólogo comportamentalista Abraham Maslow. Como é comum à administração, os trabalhos de Maslow importados não

foram os que lidam com questões mais subjetivas (i.e.: Maslow, 1968; Maslow, 1962) onde o autor discute experiências de pico e formas extraordinárias de vida. Ao invés disso, foi importado para administração o que o autor chamava de necessidades humanas (i.e.: Maslow, 1942), da onde se derivou a ideia de uma pirâmide ou triângulo de necessidades.

A ideia de *homo complexus*, na administração, é o típico caso onde platitudes escondem um problema mais sério. É verdade, o ser humano é complexo. É verdade também que o ser humano tem diversas necessidades, desde as fisiológicas até mais complexas como as sociais. Nesse sentido, a ideia de HC parece dar vazão a uma visão que conjuga *homo economicus* e *homo socialis*, adicionando ainda mais camadas.

Mas o perigo teórico imposto nessa visão é a de que todas questões humanas podem se resumir a necessidades. Perceba-se: mesmo o amor ou a auto-estima são referidas por Maslow (1942) como necessidades, não como criações, produções humanas ou *poiesis*. Mas é verdade também que Maslow não pretendia resumir o ser humano a um conjunto de necessidades, mas seus importadores para administração assim o fizeram, deixando de lado todas discussões sobre experiência de pico que Maslow fazia originalmente.

Com a pirâmide de Maslow, popularizada à exaustão, o ser humano pôde se tornar, finalmente, um conjunto de necessidades que devem ser alimentadas pela organização. Tal pirâmide permite, também, perceber uma escala de prioridades que a organização deve empenhar seus recursos para satisfazer suas ferramentas, os funcionários.

O homem que decide e o homem funcional

O Modelo do Homem que decide, foi desenvolvido a partir dos estudos sobre Racionalidade limitada de Simon (1979) e na “teoria da escolha racional”. Esse modelo parte da ideia de que o ser humano tem capacidade limitada de processar informações e é limitada pelo seu acesso à informações. Além disso, um indivíduo pode ter preferências e critérios múltiplos, flexíveis e ambíguos, o contexto de decisão e fatores inconscientes também influenciam o processo. Dessa forma, o conceito de racionalidade é sempre relativo ao sujeito que decide, e contrapõe uma única racionalidade superior (*one best way*) sugerida desde Taylor e teóricos da Escola Clássica de Administração.

Os teóricos consideram a organização como um sistema cooperativo racional, onde cada participante tem deveres e tarefas a executar e um indivíduo está disposto a cooperar, contanto que suas atividades na organização contribuam direta ou indiretamente para seus objetivos. O foco dessa concepção é sistematizar a redução dos custos, expansão das receitas e aumento dos lucros (Motta & Vasconcelos, 2006). Embora nessa ontologia os humanos não seja apenas reativos, o pressuposto de quem está se discutindo não é mais o funcionário, o peão, mas sim os tomadores de decisão, os administradores, gerentes e donos. Aqui o indivíduo não é meramente reativo, mas o pressuposto de que seu objetivo é meramente o aumento de produtividade, lucro e maior possibilidade de consumo se mantém.

Finalmente, a base para boa parte das teorias administrativas contemporâneas, a Teoria dos Sistemas Abertos, visualiza a organização como um sistema de conjuntos de funções que estabelecem papéis aos seus integrantes, mediante os quais as pessoas se mantêm inter-relacionadas (Parsons, 1973). Tal teoria é a base para outras teorias costumeiras da área, como é o caso da Teoria da Contingência Estrutural, conforme Burns & Stalker (1961).

Na teoria de sistemas, enfatiza-se os papéis que as pessoas desempenham em cada sistema mais do que as próprias pessoas e suas subjetividades (Parsons, 1973b). Daí deriva a ideia de

homem funcional. Aqui, o papel que o indivíduo exerce é, de fato, sua personalidade. Trata-se do indivíduo como alguém que cumpre uma função, um papel social esperado, e tem suas expectativas, mudanças de comportamento num contexto organizacional, de personalidade e interpessoal e também existem conflitos de papéis nesses níveis. De fato, “a unidade mais significativa das estruturas sociais não é a pessoa, mas o papel” (Parsons, 1973b, p.63).

Assim, a organização não quer lidar com o homem integral, mas apenas os aspectos relevantes para a tarefa a ser realizada. E embora a proposição teórica seja de que isso se trate de uma categoria analítica, tal categoria acarreta em uma proposição real. A ideia de autonomia aos indivíduos aqui existe, mas é reduzida a uma busca por aumento de produtividade, seja por meio de suas funções, seja por meio de suas necessidades. O foco se desloca para a criação de um ambiente social ativo onde as funções do sistema criam um maior ajuste ao seu papel esperado (Motta & Vasconcelos, 2006).

A ideia de papel social segmenta e compartimenta o ser humano, tornando-o refém de cada sistema social em que atua. Tal ideia de papel, introjetada por meio da função integração da organização, delimita o que se espera do ser humano, por um lado, e alimenta suas necessidades, por outro, instrumentalizando-o e o reduzindo a um meio para o fim do sistema social no qual está inserido. Aqui, no suposto ápice teórico da ontologia da administração, o ser humano é reduzido ao que lhe é esperado e, ao utilizar essa categoria analítica, a organização emprega meios de transformar sua personalidade na sua função a ser exercida.

Modelos de seres humanos reativos e o Homem Parentético

Guerreiro Ramos, ao longo de sua obra, propôs uma “crítica radical da razão organizacional” (Ramos, 1984, p. 11) e que a “teoria administrativa não pode mais legitimar a racionalidade funcional da organização, como tem feito. (Ramos, 1984, p. 9). A contraposição da racionalidade funcional vinha através da racionalidade noética ou substantiva, que se configura por valores éticos em detrimento dos resultados.

Ramos (1984) avalia os pressupostos de ser humano atrelados às teorias administrativas e os classifica em dois tipos: o homem operacional e o homem reativo, ambos reativos, e sugere um terceiro, o homem parentético.

Na teoria administrativa o homem operacional é equivalente ao *homo economicus* - calculista, motivado por recompensas materiais e econômicas, e o ser humano tem sido considerado “um recurso organizacional a ser maximizado em termos de produto físico mensurável” (Ramos 1984, p. 5). Esta abordagem no modelo organizacional implica num método autoritário de alocação de recursos, onde o trabalhador é visto como ser passivo que deve ser programado; o treinamento como forma de “ajustar” o indivíduo aos imperativos da maximização da produção. Nessas características, o trabalho é essencialmente um adiamento da satisfação. Nesse modelo, a Administração e a teoria administrativa são consideradas isentas ou neutras e existe uma indiferença sistemática às premissas éticas e de valores do ambiente externo e a liberdade pessoal do indivíduo não é considerada (Ramos, 1984).

Uma alternativa ao homem operacional foi pela primeira vez sugerida no início da Escola de Relações Humanas, o *homo socialis*, que considerava o homem mais complexo. Os humanistas tinham uma visão mais sofisticada da natureza da motivação humana e não negligenciaram o ambiente social externo à organização, definindo a organização como um sistema social aberto. Mas “embora os humanistas fossem ostensivamente mais preocupados com os trabalhadores e mais informados sobre suas motivações, os objetivos buscados não

foram realmente alterados” (Ramos, 1984 p. 6). Suas pesquisas e habilidades para lidar com as relações humanas foram utilizadas para desenvolver procedimentos para a cooptação de grupos informais, com o objetivo de estimular reações positivas para as metas organizacionais. Seu principal objetivo era o ajustamento da pessoa, considerada reativa, ao contexto de trabalho e não seu crescimento individual. “O modelo de homem desenvolvido pelos humanistas pode ser chamado de “homem reativo”, com tudo que o termo envolve” (Ramos, 1984, p.5).

Guerreiro Ramos dialoga sobre um modelo de ser humano que não pode ser psicologicamente enquadrado como aqueles indivíduos que se comportam de acordo com os modelos reativo e operacional, mas que tenta ser autônomo: o homem parentético. O adjetivo “parentético” é derivado da noção de Husserl de “em suspenso” e “parênteses”.

Husserl faz uma distinção entre atitude crítica e natural. A primeira é aquela do homem “ajustado”, desinteressado da racionalidade noética e aprisionado em seu imediatismo. A atitude crítica suspende ou coloca entre parênteses a crença no mundo comum, permitindo ao indivíduo alcançar um nível de pensamento conceitual e, portanto, de liberdade... Assim, a atitude parentética é definida pela capacidade psicológica do indivíduo de separar a si mesmo de seu ambiente interno e externo... o homem parentético está eticamente comprometido com valores que conduzem ao primado da razão (no sentido noético) na vida social e particular.” (Ramos, 1984, p. 7 e 8).

Para Ramos (1984), a relação do ser humano parentético com o trabalho é “peculiar”:

[...] não iria esforçar-se demasiadamente para obter sucesso, segundo os padrões convencionais, como faz aquele que quer subir. Daria grande importância ao eu, e teria urgência em encontrar um significado para a vida. Não aceitaria acriticamente padrões de desempenho, embora pudesse ser um grande empreendedor quando lhe atribuíssem tarefas criativas. Não trabalharia apenas para fugir à apatia ou indiferença, porque o comportamento passivo iria ferir seu senso de autoestima e autonomia. Iria esforçar-se para influenciar o ambiente, para retirar dele tanta satisfação quanto pudesse. Seria ambivalente em relação à organização... Sua ambivalência seria derivada de sua compreensão de que as organizações, como são limitadas pela racionalidade funcional, têm de ser tratadas segundo seus próprios termos relativos.” (Ramos, 1984, p. 9)

Ramos (1984) argumenta que cada vez mais na sociedade industrial, e como consequência dela, a pessoa não encontra em seu trabalho a “motivação central de sua vida”, que a estrutura política e institucional social encoraja o surgimento de um novo nível de conscientização humana com comportamentos críticos e reativos aos valores e rumos da sociedade. O autor aponta um desenvolvimento e renovação organizacional que possa dar às pessoas uma sensação de verdadeira participação social e a “administração da sociedade” ou a “administração global do sistema social” frente a indivíduos encorajados a se tornar “menos um trabalhador conformado e dócil e mais um ser político ativo” (Ramos, 1984, p. 9). Esses indivíduos sentem que são responsáveis pela redefinição das prioridades e metas, das organizações e do sistema social global, para desenvolver suas “próprias tendências e inclinações individuais, para consumir não apenas bens manufaturados, mas a própria liberdade” (Ramos, 1984, p. 11).

Numa abordagem parentética, sistemas administrativos tradicionais perdem força e surgem outras possibilidades de desenho e práticas organizacionais, tais como projetos de

organizações não-hierárquicas e orientadas para a clientela, reestruturação do sistema social global, do ponto de vista de imperativos ecológicos, novas prioridades sociais e novos critérios de qualidade de vida que levem em conta indicadores sociais. (Ramos, 1984).

Para Guerreiro Ramos a capacidade de apenas reagir, ou a busca pela autonomia, demarcava a diferença entre os modelos de ser humano da teoria administrativa e sua proposta de Homem Parentético. Mas, como vimos, outros modelos propostos de ser humano, a partir do *Homo Complexus*, já levavam em conta um ser que não é passivo. Ramos também tem como categoria central uma crítica à racionalidade instrumental ou funcional no ambiente organizacional. Para Illich a ferramentalização do ser humano e sua capacidade de autonomia marcam diferentes ontologias.

Apesar de defender a autonomia e liberdade do indivíduo, Ramos não apresenta como aspectos centrais do debate a propriedade dos meios de produção e as capacidades vernáculas. Guerreiro Ramos, apesar de denotar uma forte crítica à sociedade de mercado, parece ver apenas limites para ela e não sua transposição. Da mesma forma, o ser humano vislumbrado pelo autor é um ser que, embora mantenha capacidade substantivas, essas se mostram apenas como limites, como último refúgio da intimidade humana.

A construção do homo miserabilis

Em todas visões de humano apontadas acima há um pressuposto em comum: a ideia de que o ser pode ser reduzido a uma visão de **necessidades**. A ideia de necessidade é basilar para possibilidade de instrumentalização do ser humano, correspondendo sua vida não mais a uma construção vernácula, mas sim a um meio para um fim.

É certo que do *homo economicus* ao homem funcional, há mais do que meras categorias analíticas. De fato, está se criando um ser humano. E isso é peculiar ao exercício da administração: no afã de analisar a realidade, acabamos por estabelecer e alterar a realidade. Não estamos só analisando, mas sim constituindo a realidade. Na questão ontológica na administração isso não poderia ser diferente: ao pressupormos um ser, acabamos por promovê-lo. E essa promoção se dá por meio das formas organizacionais, das instituições criadas.

Mas por certo, se um ser humano de um longínquo momento histórico fosse transposto, por exercício imaginativo, para nosso momento histórico, tais instituições, por si, não seriam o suficiente para transformá-lo num *homo miserabilis*. Seria necessário, ainda, que seu imaginário fosse enredado pelos pressupostos dessas instituições, que passasse a acreditar numa contingência plena onde a única forma de realizar desejos é por meio da sua transposição em necessidades intercambiáveis no mercado. Tal indivíduo hipotético certamente se questionaria como foi destruída a capacidade subsistente e vernácula da população de boa parte do mundo e como há uma total aceitação de suas desposseções.

A construção do homo miserabilis e o projeto de desenvolvimento

A análise de Ivan Illich vai contra o pressuposto tido como certo de que desenvolvimento tecnológico significa viver melhor. O discurso tanto desenvolvimentista quanto capitalista parte da ideia de que mais escolas, mais hospitais, mais estradas, mais maquinários, etc, tornam a vida melhor. O debate acaba por ser como fazer mais – e não se fazer mais é desejável.

Para Illich (1992), o surgimento do *homo miserabilis* é fruto de um longo processo histórico, de transformação dos commons em recursos com valores econômicos, produzindo um estado de escassez e a consequente necessidade de trabalho alienado (heterônomo), renda e consumo para propiciar a manutenção da vida. Para o autor, o *homo economicus* foi o protagonista da escassez, sofrendo a mutação para o *homo miserabilis* a partir do pós Segunda Guerra Mundial. O marco inicial do projeto político de desenvolvimento é o discurso de posse do Presidente Truman, dos Estados Unidos, em 1949, quando ele defende a necessidade de intervenção em países estrangeiros para trazer “progresso industrial” e assim elevar o “padrão de vida” dos locais “subdesenvolvidos”.

O projeto do desenvolvimento passou a rejeitar a diversidade de modos de vida, desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada local e tempo particulares, para ditar como norma a condição humana como uma dependência de bens e serviços, ou seja, **necessidades** (Illich, 1992). O ser humano passa a ser definido como um detentor de necessidades - o *homo miserabilis* - que aceita sem questionar a imputação de necessidades universais sobre si. Desenvolvimento é adotada como sinônimo de uma promessa de superar o reino das necessidades, usando os novos poderes da ciência, tecnologia e política. No entanto, no ínterim histórico, acaba por desenvolver o reino das necessidades na medida em que todo seu foco recai aí (Espejo, 2008).

O que o tempo mostrou foi que a promessa do desenvolvimento colonizou o imaginário da humanidade, que passou a se entender como dependente de um modo de vida baseado no consumo de bens e serviços, mas que continuaram inacessíveis para a grande maioria das pessoas, uma vez que o aumento da geração de renda se deu numa estrutura social de extrema desigualdade. E a perda do acesso aos meios de subsistência resultante dessa transformação social gerou um nível de miséria ainda maior do que nas sociedades tradicionais, nas quais existiam laços sociais e comunitários que preveniam a escassez enfrentada por quem vive nos centros urbanos e não tem renda para adquirir no mercado o que precisam para viver.

A construção do *homo miserabilis*: a educação

A ideia de redução do ser humano às necessidades que são intercambiáveis por meio de dinheiro precisa de um arcabouço institucional que torne tudo líquido economicamente, por um lado, e que permita a racionalização do trabalho de forma a especializá-lo e dividi-lo. Isso não é só um projeto econômico, mas também um projeto político e moral. Trata-se não só de despossuir a autonomia das coletividades, como também introjetar a ideia de que o mercado é o meio por excelência de suprir as necessidades criadas pela ausência de autonomia. Por isso, um dos passos importantes para isso é o processo de catequização secular para transformar todos em *homo miserabilis*.

Tal processo se dá por meio da escola, prioritariamente. À escola cabe a naturalização do mundo como ele é, a um processo de uma crença na contingência do capitalismo e no estado voltado ao mercado. Não à toa, hoje em dia a educação pretendida na maioria dos países é voltada ao empreendedorismo, como um substituto a qualquer necessidade que eventualmente um estado de bem estar pudesse ofertar. O Novo Ensino Médio é um exemplo claro disso. Como Illich (2019) salienta, a escola é uma agência de publicidade do mundo moderno e, indiretamente, do capitalismo.

Michetti (2019) demonstra como os grandes grupos empresariais pressionam a educação, tanto pública quanto privada, para se voltar a um processo de empreendedorismo de si, numa transformação total do ser humano em um *homo economicus* pleno. Um homem que tem

necessidades que podem tão somente serem supridas por arranjos econômicos monetários, pela dívida. De fato, como Weber percebera (2004), a cultura capitalista pressupõe uma ética própria que necessita ser introjetada subjetivamente nos indivíduos - para, então, finalmente, formar a tão famosa 'crosta' que nos impede, mesmo que imaginariamente, pressupor uma outra possibilidade do arranjo da realidade.

De fato, o modo de vida industrial mina a capacidade das pessoas de saciarem suas necessidades de outra forma que não por meio de um mercado que, por definição, nunca poderá saciar tudo. A educação formal, por meio das escolas, subverte, no pior sentido da palavra, a disposição do ser humano em aprender para torná-lo instrumental a uma sociedade de consumo. Illich percebera que certamente necessitamos de espaços para difundir conhecimentos, mas “esses espaços não podem ser tomados por tecnocratas, tampouco podem ser reduzidos a currículos, expedientes, atribuições, cargas horárias, e assim por diante” (Casagrande & Freitas, 2020)

Pais e mães desesperados, durante a pandemia, imploraram pelo retorno das aulas presenciais, a tal ponto que mesmo o Conselho Nacional de Educação passou a recomendar a urgência do retorno (Mattos, 2021). A presença constante das crianças em casa era vista como um grande problema para pessoas que aprenderam a tratar a própria casa como um depósito de si mesmos nos horários de descanso do trabalho. As crianças, sem comunidade que as ampare e sem capacidades e estrutura subsistente alguma, eram só um fardo à casa moderna. A escola, por sua vez, permite que sejam um fardo em outro lugar, onde a ausência de capacidades vernáculas, de comunidade e de subsistência não é vista como um problema, mas como uma virtude.

A Escola também pode ser percebida não só enquanto o que ela ensina, mas o que ela não o faz e o que deslegitima. É claro que a crítica illichiana a instituição escolar não é uma crítica pontual, mas ao ecossistema em que ela se faz necessária. Ao invés de aprender afazeres de uma economia subsistente, espera-se que aprendam um trabalho especializado, possivelmente técnico. Para isso, a casa não pode ser um lar, mas um mero espaço para descanso da família *miserabilis*. O trabalho não pode ser subsistente, mas sim especializado, racionalizado e alienado. O consumo não pode ser sobre o que se produz, mas sim mediado pelo mercado. A escola possibilita que o *homo miserabilis* creia que sua condição é natural.

A manutenção do homo miserabilis: a instituição médica

Uma vez reduzido às suas necessidades, o ser humano precisa ser mantido, tal como operamos a manutenção de uma máquina. A instituição médica moderna se torna necessária para este fim. Isso produz uma mudança radical em como se vê o humano: ao invés do ser humano estar doente, passou a “ter uma doença” (Illich, 2005, p.122).

Em toda história houve curandeiros, bruxas, pessoas preocupadas com o bem estar de seus pacientes. Mas nunca houve uma desconexão total entre os sofrimentos humanos e sua própria existência. Agora passa a se tratar o ser humano tal qual um automóvel que requer a troca da bomba de óleo, já que a bomba de óleo não é o automóvel, é só um instrumento interno.

Para isso, vendeu-se uma ilusão de imortalidade à população. A medicina moderna se ancora na ideia de que, com o tempo, todos poderemos ser imortais nessa grande guerra à doença. Mas, de fato, que problemas a instituição médica poderia criar no íterim dessa guerra contra a morte e a doença?

Illich (1975) delinea três problemas, que ele chama de iatrogêneses. São elas: a clínica, a social e a estrutural. A primeira é a mais simples e de fácil compreensão: é o efeito colateral do tratamento ou o desencadeamento de uma nova doença por conta da intervenção médica.

Já a iatrogênese social é um processo histórico no qual o conhecimento médico passa a ser tratado como algo objetivamente verdadeiro. “Tal iatrogênese transforma a pessoa em um paciente passivo doente que requer um cuidado específico e objetivo” (Freitas & Casagrande, 2020, p.945). Dessa forma o isolamento social, a ausência de relações sociais saudáveis, a depressão, etc, passam a ser vistos como uma questão médica e não mais como uma questão intrínseca ao ser humano.

Mas a consequência mais insidiosa é a iatrogênese estrutural. Com o avanço da instituição médica sobre todas as esferas da vida se perde as capacidades culturais vernáculas. Perdemos, por exemplo, a capacidade de lidar com o mero prospecto da morte. As comunidades perdem a capacidade de qualquer tipo de cuidado que vise o bem estar. Nós perdemos a capacidade de lidar com um amigo enlutado. Qualquer tipo de medicina não especializada é vista com desdém aqui: do chá medicinal para aliviar a dor de estômago até qualquer intervenção mais complexa. O conhecimento de uma comunidade se torna obsoleto e, assim, a própria ideia de comunidade se torna obsoleta.

Para além dos três processos iatrogênicos inicialmente delineados por Illich, há ainda um quarto: a produção de um corpo iatrogênico por meio de uma desencorporação. Ao tratar pessoas como perfis de risco ao invés de seres com subjetividade, tal processo impessoalizado é internalizado no ser que se torna um eterno paciente. Isso cria uma ideia de vida enquanto gestão de risco, no qual o processo de criação sucumbe frente a um processo de auto-cuidado. (Samerski, 2018).

Risco fixa o olhar em uma possibilidade futura e se paralisa o senso de presente. Pessoas são requeridas a se posicionar onde elas não estão e talvez nunca estejam. Ademais, no contexto da saúde, [a ideia de risco] torna uma possibilidade imaginária em latência. Isso conjura uma calamidade futura que parece espreitar no seu corpo (Samerski, 2018, p.7)

A crítica que Samerski se refere produz o que Illich, em obras posteriores, chamaria de desencorporação. A desencorporação é o resultado de uma auto-percepção objetificante de si próprio, onde se reduz a própria vida as funções que ela exerce. Isso se dá, sim, por uma ontologia criada nas ciências sociais aplicadas, em específico pelo pensamento da teoria de sistemas. A vida passa a ser administrada como o meio para exercer papéis e, assim, a própria ideia de doença é transformada na ideia de impossibilidade de exercer um papel, de desempenhar um trabalho. O risco não é mais não conseguir gozar a vida, mas sim não conseguir ser os papéis que se espera funcionalmente.

Considerações Finais

A administração - e até mesmo boa parte dos estudos críticos organizacionais - incorporou uma visão de ser humano que o reduz a uma condição de um portador de um conjunto de necessidades. Isso é pressuposto em diversas teorias tradicionais, como delineamos, como em Taylor, Elton Mayo, Maslow, Simon, Parsons, Burns & Stalker, dentre tantos outros notórios do campo de Estudos Organizacionais. Guerreiro Ramos, apesar de fazer uma crítica à instrumentalização do ser humano, não foca a discussão na estrutura da sociedade que coloca

o indivíduo nessa condição. Embora sua proposta de Homem Parentético o distingue dos demais autores discutidos, ao fim sua proposição parece resignar-se a uma limitação do mercado na constituição do ser.

Na medida em que refletimos sobre o pressuposto ontológico dessas visões, percebemos que todas elas guardam entre si uma similaridade apesar de todas diferenças: a do que Illich (1992) chama de *homo miserabilis*. É importante ressaltar que a miséria contida nesse diagnóstico ontológico não se refere a miséria material, mas sim a uma miséria existencial de não participar de nada que se consome, de não produzir nada que se quer, de não vivenciar a comunidade enquanto grupo vernáculo ou autônomo. Nosso argumento enfatiza a importância de acesso aos meios de produção para garantir autonomia vernácula e à própria subsistência. O capitalismo, a partir do séc. XX, criou e prescreveu um padrão de consumo de bens e serviços, mas às custas de produzir uma humanidade restrita ao seu trabalho especializado e alienado, alheio à comunidade e fragmentado em diversos sistemas sociais.

Nosso argumento tem por base, também, a percepção de que a administração não é só uma esfera analítica da vida social. A administração, por meio da sua racionalização do trabalho e de suas teorias, promove visões de homem que influenciam a construção institucional da realidade. Apontamos aqui, de modo não exaustivo, como tais instituições promovem a transformação do lar em um depósito; a transformação da educação em uma instituição para alienação do trabalho e da vida; e a transformação do cuidado com a saúde em uma instituição que deslegitima qualquer cuidado vernáculo e que promove um desencorporamento, uma iatrogênese do corpo.

Não é o caso de dizer que a administração é responsável por tudo isso, mas sim de perceber que sua constituição enquanto campo legítimo acadêmico e profissional promove essas visões e, com isso, essas práticas. Em todas visões apontadas há uma redução do ser humano às suas necessidades, deixando de lado sua capacidade criativa, produtiva ou desejosa.

Entendemos que dessa forma, subsequente ao nosso argumento, apresentamos a ideia de que o *homo miserabilis* deveria ser apresentado como categoria primordial das formas modernas de visão de homem (*homo economicus, socialis, complexus*, organizacional e funcional), contrapondo a ele uma visão de homem subsistente e hábil (que Illich se refere como *homo abilis*) que pode ser retomada como contraponto nas discussões ontológicas da administração.

O conceito de *homo miserabilis* coloca em xeque a ideia de especialistas determinarem uma forma universal de vida, baseada numa prescrição de necessidades às pessoas. Ademais, provoca o debate sobre alternativas visando a recuperação da capacidade de subsistência. Tal visão influenciou diversos autores modernos, dentre os quais notamos o enorme potencial nas discussões sobre decrescimento (Latouche, 2016) e bem viver (Acosta, 2016).

Finalmente, entendemos que essa é uma discussão incipiente nos Estudos Organizacionais e que requer mais aprofundamento. No entanto, entendemos também que tal discussão se faz necessária frente à colonização do imaginário, à urgência climática e a crescente desigualdade social promovida pelo capitalismo. Repensar o que é o ser humano torna-se necessário na medida em que almeja-se repensar os modos de produção.

Referências

Acosta, A. (2016) O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante.

Bendix, R., & Fisher, L. H. (1967). As Perspectivas de Elton Mayo. In, ETZIONI, Amitai (Org.). Organizações Complexas: um estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas.

Burns, T., & Stalker, G. M. (1961). Mechanistic and organic systems. *Classics of organizational theory*, 209-214.

Cadbury, E. (1914). Some principles of industrial organisation: the case for and against scientific management. *The sociological review*, 7(2), 99-117.

Casagrande, L., & Freitas, N. C. D. (2020). Organizar na era dos sistemas: as contribuições críticas de Ivan Illich aos estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE. BR*, 18, 254-267.

Elizalde, A., Martí Vilar, M., & Martínez Salvá, F. (2006). Una revisión crítica del debate sobre las necesidades humanas desde el enfoque centrado en la persona. *Polis. Revista Latinoamericana*, (15).

Espejo, R. (2008). Humanismo radical, de crecimiento y energía. Una lectura de las ideas de Iván Illich. *Polis. Revista Latinoamericana*, (21).

Esteva, G. (2014). Commoning in the new society. *Community Development Journal*, 49(suppl_1), i144-i159.

Freitas, N.C., & Casagrande, L. (2020). THE PANDEMIC OF DYSTOPIA: WHAT PARADIGM OF GOVERNMENT IS ARISING?. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(20).

Gorz, A. (2003) *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume.

Graeber, D. (2012). *Debt: The first 5000 years*. Penguin UK.

Illich, Ivan (1975). *Medical nemesis: the expropriation of health*. London: Marion Boyars Books.

Illich, Ivan (1995). Death undefeated: from medicine to medicalisation to systematisation. *British Medical Journal*, 311(7021), 1652-1653.

Illich, I. (2005). Health. In.: Cayley, D. (2005). *The rivers north of the future*. House of Anansi.

Illich, I. (1992). Needs. In: SACHS, Wolfgang (Org.). *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. New York: Zed books.

Illich, I. (1998). La reivindicación de la casa. *Archipiélago: Cuadernos de crítica de la cultura*, (34), 47-50.

Illich, I. (2019). *Sociedade sem escolas*. Editora Vozes.

Latouche, S. (2016). Verbete 16: Descolonização do Imaginário. In: D'Alisa, G.; Demaria, F. & Kallis, G. (Org.). *Decrescimento: Vocabulário Para um Novo Mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Mauss, M. (1974). [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp.

Maslow, A.H. (1942). A Theory of Human Motivation. *Psychological Review*, 50, 370-396

Maslow, A. H. (1962). Lessons from the peak-experiences. *Journal of humanistic psychology*, 2(1), 9-18.

Maslow, A. H. (1968). Music education and peak experience. *Music Educators Journal*, 54(6), 72-171.

Mattos, L. (2021) Volta às aulas presenciais em todo o país é urgente, diz presidente do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/07/volta-as-aulas-presenciais-em-todo-o-pais-e-urgente-diz-presidente-do-conselho-nacional-de-educacao.shtml> Acesso em 14 de jul. 2023.

- Mayo, E. (1949). Hawthorne and the western electric company. The social problems of an industrial civilisation, 1-7.
- Motta, F. C. P. (1989). Teoria geral da administração: uma introdução. São Paulo: Pioneira.
- Polani, K. (1944). The great transformation: the political and economic origins of our time. New York: Rinehart.
- Ramos, A. G. (1984). Modelos de homem e teoria administrativa. Revista de Administração Pública, v. 18, n. 2.
- Ramos, A. G. (1989). A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Parsons, T. (1973). O conceito de sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (Orgs.) Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Parsons, T. (1973b). Papel e sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (Orgs.) Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia. São Paulo: Companhia Editora Nacional
- Taylor, F. W. (1914). Scientific management: reply from Mr. FW Taylor. The Sociological Review, 7(3), 266-269.
- Taylor, F. W. (1995). Princípios de administração científica. São Paulo, SP: Atlas.
- Samerski, S. (2018). Individuals on alert: digital epidemiology and the individualization of surveillance. Life sciences, society and policy, 14, 1-11.
- Simon, H. (1979). Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. 3. Ed. Rio de Janeiro.
- Vieira, M.M.F., Knopp, G.C., Rolim, H.L., Simões, J.M., Darbilly, L.V.C. (2016). Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: EBAPE editora.
- WEBER, M. (2004). A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 335p

Notas

1. Apesar de, em português, o termo ‘miserável’ constituir um sinônimo coloquial de alguém materialmente pobre, o termo etimologicamente tem um sentido de miséria existencial. Elizalde & Marti Vilar (2006) traduzem o termo *homo miserabilis* como *homem necessitado*, onde toda dimensão humana deixa de possuir conotação de vontade e passa ter de necessidade.
2. “Vernáculo” em Illich é a capacidade autônoma de um povo. Consideramos o conceito adequado, na medida em que “autônomo” pode passar uma ideia de autonomia individual, o que não é um pressuposto que entendemos adequado, já que autonomia individual é um *contradictio in adjecto*.
3. Embora, por vezes, *commons* seja traduzido como bens comuns ou recursos comuns, optamos pela não tradução. Como Esteva (2014) aponta, a ideia de bens ou recursos parte de um ideário liberal que naturaliza a ideia de enclosures (cercamentos ou grilagens), já que os *commons* não são recursos, mas parte de uma forma de vida.
4. A ideia de escassez, embora não seja objeto deste ensaio, parte do apontamento de que os enclosures e o fim dos commons produzem a necessidade de buscar bens no mercado, já que limita substancialmente a capacidade subsistente.